



Lei Orçamentária de 2020 está na pauta do Congresso de hoje

Mais cedo, parlamentares da Comissão Mista de Orçamento vão analisar a proposta, que prevê um aumento do salário mínimo dos atuais R\$ 998 para R\$ 1.031 em janeiro

A proposta orçamentária para 2020 deve ser votada hoje pelo Congresso. Pela manhã, a Comissão Mista de Orçamento analisará o texto.

Os relatórios setoriais, que terminaram de ser aprovados na semana passada, serão analisados pelo relator-geral, deputado Domingos Neto. A versão do Poder Executivo indica que em janeiro o salário mínimo passará dos atuais R\$ 998 para R\$ 1.031.

Os parlamentares também podem votar a liberação de crédito suplementar de R\$ 561,6 milhões para o Executivo. A maior parte é destinada à educação. **3**



Marcos Oliveira/Agência Senado - 6/9/2019

Também hoje o Congresso Nacional pode votar um projeto que libera crédito suplementar no valor de R\$ 561,6 milhões para diversos órgãos do Executivo

Leila dá voz à 1ª senadora do Brasil em podcast **2**

CPI do Acidente da Chapecoense começa a atuar **3**

Projeto sobre lesão corporal em menor é vetado **2**

Sancionadas 16 leis de liberação de créditos extras **3**

Comissão apresenta balanço das ações do ano

Relatório parcial da Subcomissão da Usina de Belo Monte será votado

PAC



Construída na Bacia do Rio Xingu, próximo a Altamira (PA), Belo Monte será a terceira maior hidrelétrica do mundo

O relatório parcial do senador Lucas Barreto sobre a Usina de Belo Monte, no Pará, será votado hoje pela subcomissão encarregada de analisar a conclusão da obra e examinar as questões sociais, técnicas, econômicas e ambientais ligadas à construção da hidrelétrica.

No documento, Lucas recupera debates sobre os condicionantes do licenciamento da usina e traça um panorama da fiscalização nas obras. **3**

A Comissão Mista de Mudanças Climáticas apresenta hoje, às 14h, seu relatório anual de atividades. Ao longo de 2019, houve audiências públicas sobre temas como Amazônia, desmatamento e regularização fundiária. Deve ser apresentada também a participação da comissão na reunião da COP-25, em Madri. **3**

CPIs se debruçaram sobre desastre ambiental e notícias falsas

Duas comissões parlamentares de inquérito exigiram a atenção dos senadores em 2019: a comissão mista que investigou a tragédia de Brumadinho, já encerrada, e o colegiado do Congresso que busca identificar e punir autores de disparos em massa de notícias falsas, que funcionará até abril. Já o pedido de instalação da CPI dos Tribunais Superiores, apesar dos dois requerimentos apresentados, acabou sendo arquivado. **4**



WIKIPEDIA

O rompimento de barragem da Vale S.A. na cidade mineira de Brumadinho matou 256 pessoas e ainda há 14 desaparecidas

Colegiado vota meia-entrada para professores

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte analisa hoje projeto que estende o benefício da meia-entrada a professores da educação básica e profissional. Também pode ser votado projeto que inclui a alfabetização de jovens e adultos como um indicador de responsabilidade social das instituições de educação superior. **2**

Meia-entrada para professor será analisada em comissão

Proposta deve ser votada hoje em decisão final. Outro projeto que, se aprovado no colegiado, pode seguir para a Câmara, inclui a responsabilidade social de alfabetização de adultos na avaliação do ensino superior

HOJE, ÀS 11H, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) deve analisar um projeto de lei que estende o benefício da meia-entrada em espetáculos artístico-culturais e esportivos a professores da educação básica e profissional.

O PL 3.941/2019 altera Lei da Meia-Entrada (Lei 12.933, de 2013) para incluir todos os professores de nível básico e superior entre os beneficiários. Atualmente, só têm garantido esse benefício os docentes de estados ou municípios que aprovaram leis locais com a determinação.

O texto estipula que a condição de docente deverá ser comprovada pela apresentação de carteira funcional oficial, emitida pelas instituições de ensino, com prazo de validade renovável a cada ano, conforme modelo único padronizado e com certificação digital.

O projeto será analisado em caráter terminativo. Se aprovado, seguirá para a Câmara dos Deputados, a não ser que haja apresentação de recurso para apreciação do texto no



Dário Berger e Jorginho Mello, autor e relator do projeto da meia-entrada

Plenário do Senado.

Do senador Dário Berger (MDB-SC), o projeto foi relatado por Jorginho Mello (PL-SC), favorável à aprovação da proposição.

Alfabetização

Em uma pauta com 15 itens, a CE deverá analisar ainda o PL 4.682/2019, que inclui a alfabetização de jovens e adultos como um dos indicadores de responsabilidade social que devem nortear a avaliação das instituições de educação superior. Do senador Jorge Kajuru, (Cidadania-GO), o

projeto é relatado por Confúcio Moura (MDB-RO), favorável à aprovação do texto, a ser analisado em caráter terminativo.

A comissão deve ainda votar requerimento de Daniella Ribeiro (PP-PB) que propõe audiência sobre a instituição do Dia Nacional de Luta Contra a Violência Doméstica e Familiar. Entre os convidados, devem estar representantes da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher, do Instituto Maria da Penha, da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e do Ministério da Mulher.

Em podcast, Leila interpreta a 1ª senadora do Brasil

A senadora Leila Barros (PSB-DF) fez uma participação especial no podcast do *Arquivo S*, que trata do papel do Senado na história do Brasil. No mais recente episódio, que acaba de ir ao ar, Leila interpretou discursos que Eunice Michiles, a primeira senadora do país, fez durante seu mandato, entre 1979 e 1987.

— É uma honra dar voz à primeira mulher a chegar ao Senado. Confesso que só conheci a história de Eunice Michiles agora, ao me preparar para fazer esta participação no podcast. Fiquei fascinada. Eunice foi uma desbravadora, enfrentou obstáculos e preconceitos num ambiente tipicamente masculino. Ela



Ricardo Westin, do *Arquivo S*, e Leila Barros, em estúdio da Rádio Senado

deveria servir de inspiração para todas as mulheres do Brasil — disse Leila.

Para escutar o *Arquivo S*, basta fazer uma busca em algum aplicativo de podcast ou de *streaming* de música (como Deezer e Spotify) com as expressões “*Arquivo S*” e “Senado”. Um episódio novo é

levado ao ar todo dia 15.

O episódio do qual Leila participa mostra que, nos oito anos de mandato, os senadores engavetaram todos os projetos de Eunice que concediam direitos às mulheres. Também mostra discursos feitos pela primeira senadora brasileira denunciando o machismo.

Bolsonaro veta projeto sobre lesão corporal contra menores

O presidente da República, Jair Bolsonaro, vetou integralmente projeto de lei que estabelecia a adoção de ação penal pública incondicionada para crimes de lesões corporais leves ou culposas praticados contra menores de 18 anos ou incapazes no ambiente familiar.

O texto (PLS 572/2015) acrescentava parágrafo único ao artigo 88 da Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais (Lei 9.099, de 1995) e foi apresentado pela então senadora Gleisi Hoffmann, atualmente deputada pelo PT do Paraná.

No veto, Bolsonaro justificou que o projeto, ao prever a ação pública incondicionada nos casos de violência doméstica contra menor ou incapaz, contraria o interesse público ao ofender o princípio da intervenção mínima,

para o qual o direito penal só deve ser aplicado quando estritamente necessário.

Ao apresentar o projeto, Gleisi apontou a existência de uma “distinção injustificável” baseada no sexo para o início de persecução penal nos crimes de lesão corporais leves ou culposas nos quais a vítima é menor ou incapaz. “Quando são praticadas lesões corporais leves ou culposas, em face de vítima menor ou incapaz e do sexo feminino, a persecução criminal é iniciada de ofício, com base na Lei Maria da Penha, se o crime for praticado no âmbito doméstico e familiar. Quando a vítima é do sexo masculino, a persecução criminal depende da iniciativa do representante legal, que, muitas vezes, não tem interesse no prosseguimento do feito”.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/atividadeLegislativa>



- CPI CHAPECOENSE Plano de trabalho**
9h Apreciação do plano de trabalho.
- CTEC Publicidade enganosa**
9h30 A comissão pode votar projeto que pune com multa quem não fizer contra-propaganda de publicidade enganosa.
- CAE Ponta Porã**
10h Empréstimo para Ponta Porã (MS).
- BELO MONTE Relatório**
10h Subcomissão analisa relatório e requerimentos.
- CE Atrofia muscular espinhal**
11h A comissão pode votar projeto que institui o Dia Nacional da Pessoa com Atrofia Muscular Espinhal.
- CMO Lei Orçamentária Anual**
11h Na pauta, projeto da Lei Orçamentária Anual de 2020.
- PLENÁRIO Coaf**
11h Na pauta, a MP 893/2019, que transfere o Coaf para o Banco Central.

- CRA Comércio agropecuário**
13h Apreciação do relatório de avaliação da política pública sobre comércio internacional agropecuário.
- CMMC Relatório**
14h Apresentação do relatório.
- MP 908/2019 Auxílio a pescadores**
14h Instalação e eleição de presidente e vice.
- MP 898/2019 13º do Bolsa Família**
14h10 Instalação e eleição de presidente e vice.
- MP 909/2019 Reservas monetárias**
14h20 Instalação e eleição de presidente e vice.
- MP 910/2019 Regulação fundiária**
14h30 Instalação e eleição de presidente e vice.
- CONGRESSO Lei Orçamentária Anual**
14h30 Análise do PLN 22/2019, que trata da Lei Orçamentária Anual de 2020.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/integraPlenario>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/integraComissoes>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Érica Ceolin
Coordenadora-geral: Luciana Rodrigues
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burre
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer e Thâmara Brasil

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Congresso deve votar hoje o Orçamento para 2020

Também hoje, os parlamentares podem votar projeto que libera o crédito suplementar de R\$ 561,6 milhões para órgãos do Executivo, sendo que o Ministério da Educação receberá cerca de R\$ 255 milhões

O CONGRESSO NACIONAL pode votar hoje, às 14h30, a proposta orçamentária para 2020 (PLN 22/2019). Antes, às 11h, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) votará o texto.

Os relatórios setoriais, que terminaram de ser aprovados na semana passada, serão analisados pelo relator-geral do Orçamento, deputado Domingos Neto (PSD-CE), que já apresentou um parecer preliminar.

A versão do Poder Executivo indica que em janeiro o salário mínimo passará dos atuais R\$ 998 para cerca de R\$ 1.031, abaixo do valor inicialmente previsto (R\$ 1.039). Segundo cálculos da equipe econômica, para 2020 cada R\$ 1 a mais no salário mínimo eleva as despesas da União em cerca de R\$ 320 milhões.

Em 2020, a meta fiscal para o resultado primário do governo central — Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central — corresponderá a



Senadores e deputados se reúnem à tarde no Plenário da Câmara

um déficit de R\$ 124,1 bilhões. Desde 2014, as despesas vêm superando as receitas ano a ano.

Também hoje o Congresso pode votar projeto que libera o crédito suplementar no valor de R\$ 561,6 milhões para vários órgãos do Executivo (PLN 33/2019).

De acordo com o texto, o Ministério da Educação vai receber cerca de R\$ 255 milhões. A área de infraestrutura da edu-

cação básica será beneficiada com a maior parte desse valor: R\$ 245 milhões. Outros R\$ 900 mil vão para a manutenção de universidades públicas no estado de São Paulo.

Para o Ministério da Justiça e Segurança Pública, será destinado o valor de R\$ 85 milhões. A Presidência da República receberá R\$ 5,3 milhões, a serem direcionados para segurança institucional.

Com Agência Câmara

Subcomissão da Usina de Belo Monte analisa relatório parcial

A subcomissão temporária para acompanhamento das obras da Usina de Belo Monte vota hoje o relatório parcial do senador Lucas Barreto (PSD-AP). O grupo foi criado na Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) para acompanhar a conclusão das obras e examinar as questões sociais, técnicas, econômicas e ambientais diretamente ligadas à construção da hidrelétrica.

Em seu relatório, Lucas Barreto recupera os debates da audiência da subcomissão sobre os condicionantes do licenciamento da Usina Hidrelétrica de Belo Monte e faz um panorama sobre a fiscalização de membros do colegiado nas obras no Pará. Na visita, os representantes da subcomissão promoveram reunião técnica sobre o reassentamento urbano

e da população ribeirinha e a situação dos produtores rurais envolvidos no processo, informa o relator.

O relatório também detalha casos encaminhados à subcomissão de pessoas prejudicadas ao serem reassentadas por causa da construção da usina.

“Até o momento a subcomissão reuniu muitos subsídios e depoimentos acerca das questões relacionadas com as obras da Usina de Belo Monte. Esse material aponta a necessidade de aprofundamento dos estudos e oitivas para que se possa construir conclusões e recomendar encaminhamentos, o que será realizado no curso do ano de 2020. Ao final do período, será apresentado um relatório final conclusivo acerca dessa realidade”, afirma Lucas no relatório parcial.

Sancionadas 16 leis que liberam créditos extras no Orçamento

Foram publicadas, na sexta-feira, no *Diário Oficial da União* 16 leis que abrem crédito para ministérios e órgãos do governo e do Judiciário. Entre elas, também foram sancionadas pelo presidente

Jair Bolsonaro diversas leis que liberam recursos para a Petrobras, para várias companhias docas nos estados e também para a área de educação. Veja os valores repassados na tabela abaixo:

Comissão apresenta relatório de atividades do ano

A Comissão Mista de Mudanças Climáticas (CMMC) apresenta hoje, às 14h, seu relatório anual de atividades. Na mesma reunião, o colegiado deverá apresentar também uma descrição da participação de seus componentes que foram à reunião da COP-25, em Madri.

A CMMC é presidida pelo senador Zequinha Marinho

(PSC-PA) e tem como vice-presidente o deputado Sérgio Souza (MDB-PR). Ao longo de 2019, fez nove audiências públicas, debatendo temas como proteção da Amazônia, combate ao desmatamento, regularização fundiária e mudanças climáticas.

Os membros da delegação do Congresso na COP-25 deverão apresentar um relatório

das discussões, incluindo as questões relativas ao cumprimento da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

A reunião da COP-25 estava prevista inicialmente para ocorrer no Brasil, mas o presidente Jair Bolsonaro desistiu de sediar o evento. Em seguida, foi remarcada para o Chile e depois para a Espanha.

CPI do Acidente da Chapecoense inicia atividades

A comissão parlamentar de inquérito que trata da situação dos familiares de vítimas do acidente aéreo com a equipe do time de futebol Chapecoense, de Santa Catarina, em novembro de 2016, vai se reunir pela primeira vez hoje, a partir das 9h. O primeiro item a ser votado é o requerimento de Jorge Kajuru (Cidadania-GO) para convocar o presidente da Confederação Brasileira de Fu-

tebol (CBF), Rogério Caboclo, a prestar depoimento.

O relator da CPI, senador Izalci Lucas (PSDB-DF), deve apresentar o seu plano de trabalho na reunião. O principal foco das atividades será investigar por que, três anos depois do acidente, os familiares das vítimas ainda não receberam as indenizações devidas. Dos 71 mortos, 64 eram brasileiros.

— É óbvio que todas as segu-

radoras têm interesse de atuar no Brasil, então você pode também restringir a participação delas, se não cumprirem determinadas ações. A CPI pode contribuir com isso. Apurar até que ponto o governo deixou que isso acontecesse, para buscar aperfeiçoar a legislação e evitar que outras seguradoras estrangeiras venham pra cá e não cumpram o que deveriam cumprir — disse Izalci.

Colegiado vota empréstimo para Ponta Porã (MS)

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) se reúne hoje para votar mensagem presidencial que pede autorização do Senado para que o município de Ponta Porã (MS) possa contratar empréstimo com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata), no valor

de até US\$ 25 milhões. Os recursos serão liberados por partes, entre 2020 e 2023.

O dinheiro financiará parcialmente o Programa Fronteira do Futuro, que visa promover o desenvolvimento na região fronteira entre Ponta Porã e a cidade paraguaia de Pedro Juan Caballero.

O voto do relator, senador Luiz do Carmo (MDB-GO), é favorável ao empréstimo para o município.

Se aprovada, a mensagem será transformada em projeto de resolução e seguirá para votação no Plenário do Senado.

A reunião começa às 10h.

Lei 13.951	Destina R\$ 5,3 bilhões para os Ministérios da Infraestrutura e da Defesa. Participação da União no capital da Empresa Gerencial de Projetos Navais — Emgepron (79,89%) e das Companhias Docas em diversos estados (20,11%).
Lei 13.950	Abre crédito especial no valor de R\$ 7,7 milhões para manutenção de contrato de gestão com organizações sociais em favor do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).
Lei 13.949	Crédito suplementar de R\$ 36,9 milhões em favor dos Ministérios da Educação e da Saúde. A maior parte para hospitais universitários federais no Rio de Janeiro (92,37%).
Lei 13.948	Crédito especial de R\$ 4 milhões em favor do Ministério do Desenvolvimento Regional para permitir à Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) a implantação de projetos públicos de irrigação na Região Centro-Oeste.
Lei 13.947	Liberação de R\$ 1,02 bilhão em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Meio Ambiente e da Defesa, para uso em regularização fundiária e extensão rural na Amazônia, prevenção, fiscalização, combate e controle ao desmatamento, além de ações emergenciais para minimizar a vulnerabilidade do país a incêndios.
Lei 13.946	Libera R\$ 3,1 milhões ao Ministério da Defesa para pagamento de sentenças judiciais transitadas em julgado de pequeno valor e para incluir nova categoria de programação, no âmbito da Indústria de Material Bélico do Brasil (Imbel).
Lei 13.945	Crédito suplementar de R\$ 22,4 milhões em favor das Justiças Federal, do Trabalho e do Ministério Público da União (MPU).
Lei 13.944	Libera R\$ 73,9 milhões em favor das empresas Companhia Docas de seis estados (Ceará, Espírito Santo, Bahia, São Paulo, Pará, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte). O recurso também se destina à Infraero e à Emgepron.
Lei 13.943	Crédito suplementar destinado a atender demandas das empresas estatais: BNDES (1,27%), Petrobras (1,33%), Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. (TBG) (11,97%), Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE) (9,7%), Eletrobrás Termonuclear S.A. Eletronuclear (66,4%) e outras.
Lei 13.942	Crédito especial de R\$ 4 milhões em favor das empresas Companhia Docas do Espírito Santo, Empresa Gerencial de Projetos Navais e Itaguçu da Bahia Energias Renováveis S.A. A maior parte dos recursos (49,09%) é para estudos de implantação de parques eólicos.
Lei 13.941	Recursos no valor de R\$ 36,6 em favor das Justiças Federal e do Trabalho para construção ou aquisição de Edifícios-Sede em Goiânia (GO), Santo André (SP), Ipatinga e Varginha (MG); para implantação de sistema de energia solar na Justiça Federal da 1ª Região e para reforma da fachada do Edifício-Sede do TRT 1ª Região, Rio de Janeiro/RJ.
Lei 13.940	Em favor dos Ministérios da Educação, da Justiça e Segurança Pública, do Desenvolvimento Regional e da Cidadania, crédito especial no valor de R\$ 28,1 milhões.
Lei 13.939	Crédito suplementar de R\$ 52,1 milhões em favor dos Ministérios da Educação, da Justiça e Segurança Pública, da Infraestrutura, do Desenvolvimento Regional e da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Para atender emendas individuais e de bancadas estaduais.
Lei 13.938	Libera R\$ 490 milhões em favor das empresas Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp) e da Infraero.
Lei 13.937	Valor de R\$ 1,8 bilhão para a Petrobras, para manutenções em plataformas nas bacias de Campos (RJ) e do Espírito Santo. Novos projetos para redução da emissão de CO ₂ e adequação do Teor de Oleos e Graxas (TOG) na Bacia de Campos.
Lei 13.936	Crédito especial de R\$ 5,42 bilhões para nacionalização de plataformas que estão em posse de subsidiária da Petrobras na Holanda.

CPIs investigaram Brumadinho e fake news

As duas comissões de inquérito instaladas em 2019 discutiram o desastre ambiental na cidade mineira e a disseminação de notícias falsas durante as eleições de 2018

DUAS COMISSÕES PARLAMENTARES de inquérito movimentaram o Senado durante 2019. As CPIs de Brumadinho (MG), já encerrada, e das Fake News (mista, ainda em andamento) foram instaladas para investigar um dos maiores desastres ambientais da história do país e o fenômeno da proliferação de notícias falsas na internet.

Uma tentativa de abertura de outra CPI, para investigar a conduta de ministros dos tribunais superiores, teve três listas de assinaturas e causou polêmica.

A primeira comissão de inquérito a funcionar em 2019 foi a que tratou do desastre de Brumadinho: em 25 de janeiro, o rompimento de uma barragem de rejeitos de minério da Vale S.A. no município mineiro provocou um deslizamento que matou 256 pessoas (ainda há 14 desaparecidas). A partir de requerimento de Carlos Viana (PSD-MG), o Senado se propôs a investigar as causas do desastre e revisar a legislação sobre segurança de barragens no país.

A comissão funcionou por quatro meses e ouviu executivos da Vale, autoridades e especialistas e visitou as instalações de mineração. No fim dos trabalhos, em julho, Viana pediu em seu relatório o indiciamento de 14 pessoas por homicídio, lesão corporal e crimes ambientais. Também foram indiciadas a Vale e a Tüv Süd, empresa de consultoria que atestou a segurança da barragem antes do rompimento.

Para o senador, porém, a principal realização não foram as denúncias, mas a elaboração de projetos de lei para preencher lacunas que a comissão identificou.

— O grande legado da CPI foi mostrar claramente como o Brasil precisa de uma legislação mais firme quando falamos em grandes investimentos com impacto ambiental.

Um dos resultados do trabalho foi o PL 3.915/2019, que tipifica o crime de desastre ecológico, com pena de até oito anos de reclusão, que pode ser



Rose de Freitas presidiu a CPI de Brumadinho, que foi requerida por Carlos Viana. Senador também foi relator

elevada caso o acontecimento resulte em mortes. O texto já foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e agora espera deliberação do Plenário.

Outras duas propostas apresentadas pela CPI ainda dependem de relatórios para serem votadas. O PL 3.913/2019 estabelece regras mais rígidas para a fiscalização de barragens e o PL 3.914/2019 aumenta a tributação sobre as minas com grande volume de produção.

— Enfrentamos o lobby e a resistência de um setor que é muito importante e usa isso como chantagem. Ganham muito dinheiro em nosso país e tem que haver uma contrapartida — defende Viana.

Notícias falsas

No segundo semestre uma nova comissão de inquérito concentrou a atenção dos parlamentares. Em agosto foi instalada a CPI mista (com deputados e senadores) para investigar a disseminação de notícias falsas em redes sociais e o assédio virtual — a CPI das Fake News.

O colegiado conviveu com turbulências políticas desde a sua instalação. A base do governo acusou a oposição de ter convertido a CPI em instrumento de retaliações contra o Executivo. A relatora da comissão, deputada Lídice da Mata (PSB-BA), rechaça essa preocupação e defende o caráter técnico da investigação. Ela destacou que a maioria das pessoas ouvidas nos primeiros

meses de trabalho são especialistas em direito, tecnologia, comunicação e segurança e que, das 12 audiências, 7 foram dedicadas a ouvir especialistas e profissionais dessas áreas, num total de 23 pessoas ouvidas.

— Era muito importante aprofundar a definição do que é fake news. Grande parte do que se pratica nas redes é crime de ódio, difamação, calúnia, mas não necessariamente feito com as ferramentas de disseminação. Vamos ter que introduzir esse conceito no relatório.

As outras cinco audiências receberam pessoas ligadas à política. Os deputados Alexandre Frota (PSDB-SP) e Joice Hasselmann (PSL-SP), rompido com o governo, relataram ataques virtuais de que teriam sido vítimas e acusaram a participação de funcionários da Presidência da República.

Já o general Carlos Alberto dos Santos Cruz, ex-ministro da Secretaria de Governo, falou sobre a existência de “gangues virtuais”, mas não implicou ninguém. O empresário Paulo Marinho, primeiro-suplente do senador Flávio Bolsonaro (PSL-SP), deu explicações sobre as atividades realizadas em sua casa durante a campanha eleitoral de 2018 e negou ter havido disseminação de fake news, assim como o uso de “robôs” para disparos em massa. O jornalista Allan dos Santos, acusado de promover ataques virtuais, defendeu o seu direito à liberdade de opinião e a liberdade de imprensa.

Para 2020 a comissão já aprovou requerimentos convocando os funcionários do governo citados por esses depoentes. Também foram chamados representantes de empresas responsáveis por aplicativos de redes sociais, como Facebook e WhatsApp, e de oferta de conteúdo, como Google e You Tube.

Lídice da Mata afirmou que quer avaliar formas de verificar a responsabilidade das empresas e de regular a distribuição de mensagens pagas. Para ela, quando as mensagens são

CPI para investigar os tribunais superiores não chegou a ser instalada, mas gerou polêmicas. Em 2020, deve prosseguir a CPI do Acidente da Chapecoense

falsas e não há filtro, as ferramentas estão sendo usadas para fins escusos.

— Quando [as empresas e sites] admitiram o impulsionamento econômico, passaram a ter um contrato [com o usuário]. O conteúdo com o qual elas estão ganhando dinheiro é correto ou é falso?

Cyberbullying

A CPI deve se debruçar ainda sobre a questão do *cyberbullying* e já convidou personalidades culturais e da mídia que foram alvo dessas práticas. Também está prevista a investigação de notícias falsas em áreas diversas, como a saúde.

Lídice não prevê data para a entrega do relatório, mas a comissão tem prazo de funcionamento até abril. A expectativa é de que o texto altere o para Código Penal para tentar coibir crimes cibernéticos.

O presidente da comissão, Angelo Coronel (PSD-BA), prevê um “trabalho hercúleo” à frente, mas se diz otimista com a perspectiva de criar maior proteção “às famílias e às instituições”.

— Vamos punir os que usam

as redes sociais para depreciar os seus alvos. Elas não foram criadas para servir de instrumento para difamar e atacar. Nosso legado serão legislações duras para conter o ímpeto dos criminosos digitais.

Tribunais

Já a CPI dos Tribunais Superiores, iniciativa de Alessandro Vieira (Cidadania-SE) no início do ano, não chegou a sair do papel, mas gerou debates no Senado durante vários meses. A ideia de Alessandro era investigar a atuação de ministros dos tribunais superiores, com atenção especial em fatos como o uso abusivo de ferramentas processuais, como pedidos de vista e liminares para retardar ou inviabilizar decisões; a atuação em casos nos quais deveria haver impedimento; o excesso de votos contraditórios para casos idênticos; e a participação em atividades econômicas incompatíveis com a Lei Orgânica da Magistratura.

A primeira tentativa de criar a CPI, em fevereiro, esbarrou na retirada da assinatura de apoio de Eduardo Gomes (MDB-TO). Isso deixou o pedido com 26 assinaturas, uma a menos do que o mínimo exigido.

Em março, Alessandro Vieira conseguiu 29 nomes e o requerimento foi discutido em Plenário. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, avaliou que a CPI não seria oportuna.

— Estamos vivendo um momento delicado da história nacional. As instituições precisam estar fortalecidas, e a independência e harmonia [entre os Poderes] têm que prevalecer — defendeu Davi.

Alessandro rebateu dizendo que as CPIs são instrumentos legítimos de fiscalização e que, regimentalmente, o número de assinaturas seria suficiente para garantir a criação da CPI.

— A instalação [da CPI] se impõe. Se você tem o número [de assinaturas] e o fato, ela não depende do juízo de valor do presidente.

Davi arquivou o pedido, sob o argumento de que o requerimento tratava de decisões próprias da atividade do Judiciário, que não poderiam sofrer interferência do Legislativo.

A mais recente CPI do Senado, instalada no início de dezembro, é a que trata da situação dos familiares das vítimas do acidente aéreo do time Chapecoense, ocorrido em 2016. Em 2020, podem entrar também em operação as CPIs do Desmatamento na Amazônia Legal, proposta pelo senador Plínio Valério (PSDB-AM), e das Confederações Esportivas, requerida por Jorge Kajuru (Cidadania-GO).



Lídice da Mata, relatora da CPI das Fake News, e Angelo Coronel, presidente do colegiado, ouvem Joice Hasselmann